

ENTRE RECONHECIMENTO E PRÁTICA: OS LIMITES DA INCORPORAÇÃO DE JUSTIÇA CLIMÁTICA NO JORNALISMO AMBIENTAL ¹

BETWEEN RECOGNITION AND PRACTICE: THE LIMITS OF INCORPORATING CLIMATE JUSTICE IN ENVIRONMENTAL

Claudia Sarmiento ²

Resumo: *Este artigo examina os limites da incorporação da justiça climática no jornalismo ambiental brasileiro. Com base em 14 entrevistas com jornalistas especializados, atuantes na mídia tradicional e independente, o estudo investiga como a justiça climática é reconhecida como um horizonte necessário para discutir a crise climática, mas permanece de difícil operacionalização nas rotinas produtivas. Os resultados evidenciam tensões entre valores profissionais e condições materiais, marcadas por padrões de noticiabilidade orientados pelo desastre e pela novidade, cobertura episódica e precarização das redações. Embora os profissionais reconheçam a importância de abordar desigualdades socioambientais, barreiras estruturais e econômicas limitam uma cobertura sistêmica. Argumenta-se que a justiça climática opera como ponto de tensão que revela limites estruturais do jornalismo na ampliação da compreensão pública dos impactos das mudanças climáticas.*

Palavras-Chave: *Justiça climática. Rotinas jornalísticas. Comunicação ambiental*

Abstract: *This article examines the limits of incorporating climate justice into Brazilian environmental journalism. Based on 14 interviews with specialized journalists working in both mainstream and independent media, the study investigates how climate justice is recognized as a necessary horizon for addressing the climate crisis yet remains difficult to operationalize within journalistic routines. The findings reveal tensions between professional values and material conditions, shaped by news values oriented toward disaster and novelty, episodic coverage patterns, and newsroom precarization. Although journalists acknowledge the importance of addressing socio-environmental inequalities, structural and economic barriers constrain the development of systemic coverage. The article argues that climate justice functions as a point of tension that exposes structural limits of journalism in expanding public understanding of the impacts of climate change.*

Keywords: *Climate Justice. Journalistic routines. Environmental Communication.*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação da Ciência e Políticas Científicas.. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.
² Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-Rio. Research Fellow do King's College London (Culture, Media and Creative Industries). Doutora em Comunicação pela Westminster University. e-mail:c.sarmiento@kcl.ac.uk

1. Introdução

A multiplicação dos eventos climáticos extremos tem ampliado a centralidade das questões ambientais no debate público. O jornalismo ambiental, enquanto instância relevante da comunicação ambiental, atua na mediação pública do conhecimento climático, desempenhando papel fundamental na construção dos discursos sobre riscos climáticos e na apresentação da temática à sociedade (Boykoff, 2011; Hackett et al., 2017; Loose, 2020). A maioria do público entende que a produção jornalística é importante para informar, educar e mobilizar a população (Ejaz et al., 2025). A intensificação da crise ambiental também tem deixado claro que o impacto do aquecimento global não é homogêneo, atingindo de maneira desproporcional populações e territórios já marcados por vulnerabilidades sociais.

No contexto pós-pandêmico, no qual a expressão *policrise* tem sido empregada para apontar o encadeamento de crises paralelas e cumulativas (Bergamo, 2025), a noção de justiça climática emerge como um paradigma relevante para compreender os impactos de alterações climáticas como uma questão também relacionada a direitos humanos, vulnerabilidade social e equidade (Schlosberg e Collins, 2014; Meikle e Wilson, 2016). Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, IPCC (2022), a vulnerabilidade às mudanças climáticas é moldada por uma intersecção de fatores socioeconômicos, uso insustentável de recursos naturais, processos de marginalização e padrões históricos de injustiça, como o colonialismo. Os princípios de justiça oferecem, assim, um novo olhar sobre as discussões da adaptação às mudanças climáticas (Trannin, 2022).

Como defende Hackett (2017), a temática ambiental não representa apenas uma questão científica, técnica ou econômica, criando também profundos desafios éticos e políticos para instituições como o jornalismo. O objetivo deste artigo é investigar como jornalistas especializados na cobertura ambiental lidam com o conceito de justiça climática e identificar as dificuldades para incorporar essa perspectiva no noticiário. Partindo de entrevistas semiestruturadas com 14 profissionais que atuam tanto na mídia tradicional quanto na mídia independente, o estudo qualitativo mostra que, por um lado, a abordagem das desigualdades emerge nas falas dos jornalistas como um horizonte normativo reconhecido como necessário. Por outro, discutir questões ambientais pela lente da justiça climática é um enquadramento que continua a enfrentar limitações nas rotinas e estruturas do jornalismo contemporâneo. Nesse sentido, justiça climática, como movimento e conceito (Hackett, 2017), é analisada

aqui como um ponto de tensão que evidencia contradições entre valores profissionais, rotinas produtivas e condições institucionais de produção da notícia.

A literatura aponta que o jornalismo ambiental lida com tensões estruturais entre a temporalidade de longo prazo das mudanças climáticas e rotinas jornalísticas marcadas pela urgência e pelo imediatismo (Adam, 2022; Bodker e Morris, 2022;). No contexto brasileiro, estudos destacam a necessidade de compreender o campo para além de uma especialização restrita, defendendo abordagens holísticas, sistêmicas e integradoras na formação e na prática profissional (Girardi et al., 2018; Girardi et al., 2020). Nesse cenário, há espaço para estudos empíricos que investiguem como essas demandas se articulam com as condições de produção das notícias sobre o meio ambiente. Além disso, justiça climática é um debate ainda pouco divulgado no Brasil (Trannin, 2022), ainda que a discussão venha ganhando espaço nas últimas negociações internacionais sobre o clima do planeta.

O artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente, apresenta uma contextualização teórico-analítica que articula o debate sobre justiça climática e jornalismo ambiental. Em seguida, descreve o percurso metodológico adotado e apresenta os principais resultados da pesquisa. Por fim, o texto discute os achados à luz da literatura e aponta possíveis desdobramentos para investigações futuras.

2. Justiça climática: origem e dimensões conceituais

Existe consenso de que o conceito de justiça ambiental nasceu em 1982 ligando questões de raça e etnia nos Estados Unidos, mais especificamente no Condado de Warren, na Carolina do Norte, onde um movimento de protesto denunciou o que foi classificado como racismo ambiental. Ambientalistas e líderes da comunidade afro-americana se juntaram para tentar impedir a construção de um aterro sanitário de resíduos tóxicos numa região rural majoritariamente habitada pela população negra. Embora o movimento não tenha conseguido impedir o aterro, o episódio desencadeou uma série de estudos sobre racismo ambiental, relacionando lixo tóxico e outros riscos ambientais com questões de desigualdade racial e social (Schlosberg e Collins, 2014). No Brasil, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental foi criada no início do século 21 como um fórum de articulação política (Milanez e Fonseca, 2011).

Já o conceito de justiça climática, um desdobramento ou expansão de justiça ambiental, permite que se relacione os efeitos do aquecimento global aos conceitos de equidade e direitos humanos (Johannessen, 2013; Meikle e Wilson, 2016), abrindo caminho para a discussão de medidas que levem em consideração os impactos desiguais das mudanças climáticas, e lembrando que elas “tanto adicionam quanto amplificam as desigualdades existentes” (Meikle e Wilson, 2016, p.497). Embora o termo tenha começado a ser empregado nos anos 90 do século 20 em protestos contra a indústria dos combustíveis fósseis, a confluência entre mudanças climáticas e fatores socioeconômicos ganhou evidência com o furacão Katrina, em 2005, quando ficou claro que as comunidades mais afetadas de Nova Orleans foram aquelas que já enfrentavam injustiças sistêmicas, como segregação, pobreza e dificuldade de acesso à educação e moradia (Schlosberg e Collins, 2014).

De acordo com Hackett, justiça climática é “ao mesmo tempo um conceito e um crescente movimento transnacional” (2017, p.38), com base na premissa de que as nações industrializadas que mais contribuíram para a crise climática devem ser as principais responsáveis por remediá-la, uma vez que os países mais vulneráveis foram os que menos colaboraram para suas causas. É um tema de crescente importância nos debates ambientais globais, envolvendo questões como pobreza, acesso à educação, saneamento básico e moradia, e violência sexual, entre outros fatores delineados em documentos internacionais.

Para Kamboh e Ittefaq (2022), é preciso expandir o debate para além das responsabilidades dos países do Norte Global, já que dentre os países do Sul Global as emissões de gases poluentes e os impactos da exploração descontrolada de recursos naturais afetam de forma desigual grupos sociais distintos. Como observam Milanez e Fonseca (2011), os impactos ambientais atingem todo o planeta, mas a intensidade e a capacidade de resposta são diferenciadas. O relatório “Quem Precisa de Justiça Climática no Brasil”, publicado pelo Observatório do Clima (2022), ressalta que o movimento por justiça climática busca:

O reconhecimento das desigualdades sociais vividas em razão da dívida climática dos países do Norte Global com os países do Sul Global, as emissões históricas e atuais, as demandas e direitos das populações vulneráveis e o fim das emissões de gases de efeito estufa, de forma que isso não impeça o desenvolvimento das nações mais pobres. (2022, p.34)

Na prática, portanto, o movimento exige que os debates sobre a crise climática extrapolem as evidências científicas e considerem também a vulnerabilidade dos menos

favorecidos e as responsabilidades históricas, defendendo o protagonismo de comunidades historicamente marginalizadas e dependentes de recursos naturais, como indígenas, ribeirinhos e quilombolas (Dreher e Voyer, 2015). O movimento por justiça climática demanda o reconhecimento de que as mudanças climáticas ampliam os problemas estruturais já existentes e a participação nas decisões sobre políticas ambientais dos atores sociais mais impactados (Bulkeley et al., 2013). Para Bueno (2024), a governança ambiental global precisa levar em conta a relação entre melhoria da qualidade de vida e redução das desigualdades.

Elencar todas as perspectivas e significados possíveis na abordagem de justiça climática está além dos objetivos desse estudo. O foco recai sobre a análise de como os jornalistas percebem a temática e a incorporam na cobertura ambiental.

3. A evolução do jornalismo ambiental e o agravamento da crise climática

O jornalismo ambiental começou a se consolidar internacionalmente a partir dos anos 1960, em diálogo com a emergência do movimento ambientalista. No Brasil, sua trajetória foi marcada por fortes restrições durante o regime militar (1964–1985), quando a censura impedia a circulação de denúncias que contrariassem a retórica desenvolvimentista, como aquelas relacionadas ao desmatamento da Amazônia. Mesmo após a redemocratização, o tema enfrentou resistência nas redações, sendo frequentemente visto como marginal ou incompatível com a ideologia da modernização defendida pelos donos das organizações de mídia (Belmonte, 2017).

A realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, representou um ponto de inflexão, contribuindo para a consolidação do jornalismo ambiental como especialização profissional. A partir desse momento, o campo passou a se estruturar de forma mais autônoma, combinando influências do jornalismo científico e do ativismo ambiental (Belmonte, 2017; Girardi et al., 2020). Bueno define jornalismo ambiental como “o processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas) comprometidas com a circulação ambiental” (2024, p.11). É uma prática informativa, pedagógica e política (Bueno, 2007), caracterizada por engajamento social, pluralidade de vozes e abordagem sistêmica, que conecta questões ambientais a dimensões sociais, econômicas e culturais. Esse

campo também desafia ideais clássicos de neutralidade jornalística e deve questionar modelos coloniais de desenvolvimento que tratam a natureza como mercadoria, especialmente no contexto do Sul Global (Loose e Girardi, 2021).

Loose e Belmonte (2023) apontam como quatro momentos-chave ajudaram a configurar a prática do jornalismo ambiental no Brasil, sendo que todas as fases podem ser definidas como combativas. A primeira foi a ambientalização da sociedade, a partir dos anos 1970; a segunda, a já mencionada Rio-92; a terceira está associada à emergência das mídias digitais e a quarta, e atual, trata do reconhecimento da emergência climática. Para os autores, iniciativas digitais e independentes emergiram como espaços de experimentação narrativa e engajamento socioambiental, ampliando perspectivas e desafiando os limites do jornalismo tradicional. Diferentes estudos analisam como novos arranjos econômicos alternativos (Nonato et al., 2018), muitas vezes focados em nichos temáticos, defendem um jornalismo de causas que rejeita a neutralidade e tensiona o *ethos* profissional, mas não rechaçam a objetividade enquanto método de apuração e checagem (Barsotti e Vieira, 2023; Sarmiento, 2023).

Com a intensificação das mudanças climáticas, os desafios da cobertura ambiental se multiplicaram. Segundo Hackett et al. (2017), há deficiências fundamentais no tratamento do tema, faltando espaço e recursos para abordar as causas, a dimensão, a complexidade, as consequências e a urgência da crise climática. Os autores argumentam que a principal questão não é falta de notícias ou informação, e sim “como o jornalismo apresenta o assunto e que tipo de resposta gera entre a audiência” (2017:3). Eles ressaltam que, com frequência, “o jornalismo ignora pessoas marginalizadas, linguagens vernáculas e conhecimentos tradicionais”, além de apresentar as mudanças climáticas como uma notícia internacional, sem relevância local (2017, p. 3). Para Doyle, “enquadrar as mudanças climáticas como uma questão humanitária e de justiça social constitui um imperativo moral para a ação” (2011, p.6).

Mais especificamente, Gunster argumenta que “ênfatar perguntas sobre justiça climática pode motivar (e empoderar) jornalistas a explorar questões e perspectivas mais amplas sobre mudanças climáticas”, ajudando cidadãos a entender o assunto e nos forçando a encarar o impacto humano “além das imagens de ursos polar e icebergs derretendo” (2017, p.63). No entanto, diferentes estudos mostram que a temática climática é altamente politizada no âmbito do jornalismo, sendo que especialistas e atores políticos são privilegiados em

detrimento dos grupos menos favorecidos, seja em nações desenvolvidas ou em desenvolvimento (Takahashi, 2011; Shehata e Hopmann, 2012; Johannessen, 2013; Huan, 2023).

A atenção da mídia tem picos seguidos de esvaziamentos, como explica Boykoff (2011), citando como exemplos desastres climáticos, conferências internacionais e divulgação de relatórios do IPCC. Diferentes estudos mostram que, além de episódica e fragmentada, a cobertura jornalística sobre as questões climáticas raramente faz conexões entre as mudanças provocadas pelo aquecimento global e suas causas, entre elas a exploração dos combustíveis fósseis, além de privilegiar o enfoque negativo das notícias em detrimento de soluções criativas (Bueno, 2007; Hackett et al., 2017; Loose e Girardi, 2017).

O enfoque da justiça climática ainda é raro nos estudos sobre mídia e comunicação no Sul Global. Ao analisar a abordagem de justiça climática pela imprensa indiana, Das (2020) conclui que jornais tradicionais não poupam críticas aos países desenvolvidos, mas evitam responsabilizar as autoridades locais pelas emissões de gases do efeito estufa e pela ausência de medidas para reduzir a poluição. Já Johannessen (2013) demonstra que mesmo quando a África do Sul sediou uma conferência internacional (COP 17), a mídia local teve dificuldades para retratar a face humana da crise climática, referindo-se aos principais afetados, entre países, povos e comunidades, de forma generalizada, sem relacionar o problema climático à questão dos direitos humanos.

Ao examinar como os principais jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro cobriram as enchentes que ocorreram nessas cidades entre 2009 e 2010, Milanez e Fonseca (2011) demonstraram que o conceito de justiça climática tampouco foi incorporado de forma consistente, embora já houvesse tentativas de aprofundar o debate sobre a relação entre mudanças climáticas e vulnerabilidade social. Em 2024, ano marcado pelas chuvas que atingiram o estado do Rio Grande do Sul e pela seca associada aos eventos florestais que se espalharam pelo país, a abordagem continuou fragmentada. Estudo sobre a cobertura televisiva desses dois eventos demonstrou uma tendência de valorização de histórias individuais, com poucas explicações sobre as causas dos fenômenos extremos e reflexões mais aprofundadas (Kniess et al., 2025). Para os autores, o resultado é uma cobertura simplista e pouco politizada, que deixou de lado, no caso das secas, as comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas. Bueno (2017) argumenta que, de um modo geral, cobertura de catástrofes ambientais tendem a uma espetacularização midiática.

Loose (2024) analisou três veículos de comunicação brasileiros não-hegemônicos, que teriam mais oportunidade de garantir o aprofundamento da cobertura ambiental: *Colabora*, *Conexão Planeta* e *Envolverde*. O estudo aponta que no período 2019-2020, que corresponde aos primeiros dois anos do governo Bolsonaro e ao início da pandemia de Covid-19, a associação entre desigualdades e clima permeou as matérias de maneira sutil e fragmentada, mesmo em se tratando de veículos especializados. Patriani e Silva (2025) analisaram a cobertura de dois portais mainstream, Globo e UOL, sobre protestos populares que ocorreram em duas das últimas Conferências das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. O estudo aponta que as narrativas não fomentaram o conceito de justiça climática.

É pertinente destacar que, no início de 2024, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República publicou um comunicado esclarecendo o significado do termo ‘racismo ambiental’, utilizado pela ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, ao abordar os impactos das intensas chuvas no Rio de Janeiro sobre populações negras residentes em áreas periféricas. A declaração da ministra, como amplamente noticiado, gerou críticas da oposição e de eleitores da extrema-direita, que a classificaram como uma ‘narrativa de esquerda’. Episódios como esse ilustram um ambiente de crescente politização dos debates socioambientais, no qual conceitos e discussões sobre justiça climática tendem a ser deslegitimados como posicionamentos ideológicos, o que também afeta as práticas de jornalistas ambientais (Sarmiento, 2026).

Ainda em complemento à ideia de policrise, é preciso lembrar que o jornalismo também enfrenta a crise das organizações de mídia diante das transformações dos ecossistemas informacionais, e “precisa defender a si próprio” (Kniess, 2025, p. 6). Redações enxutas resultam em falta de treinamento, editores desinteressados no tema e homogeneidade de fontes (Hackett et al., 2017). Estudos apontam que as redações ainda carecem de estruturas e programas de longo prazo capazes de sustentar uma cobertura contínua, o que favorece práticas de *greenwashing* e limita a incorporação de uma perspectiva ambiental crítica (Loose, 2024). Em sua análise sobre a formação jornalística no Brasil, Girardi et al. (2018) acrescentam que abordar o desenvolvimento sustentável é fundamental, mas “o conceito é limitado à visão economicista da sociedade” (p. 10). Os autores defendem um olhar mais amplo, “holístico, sistêmico, integrador e complexo” para abordar a crise ambiental de forma interdisciplinar, conectando áreas sociais, econômicas, políticas e históricas” (p.28).

A literatura indica, portanto, que embora conceitos como justiça climática sejam reconhecidos no debate público e acadêmico, existe uma lacuna a ser preenchida com estudos empíricos que examinam como esse enquadramento é percebido por quem produz as notícias e como é colocado em prática nas rotinas jornalísticas. Nesse sentido, este artigo busca responder às seguintes perguntas:

- a) Como jornalistas ambientais percebem a incorporação da justiça climática em suas práticas de cobertura?
- b) Quais fatores dificultam a cobertura jornalística sob a lente da justiça climática?

4. Metodologia

Considerando o interesse deste estudo em compreender como jornalistas percebem e vivenciam as dificuldades de incorporar a perspectiva da justiça climática em suas rotinas de trabalho, adotou-se uma abordagem qualitativa, centrada na escuta de profissionais especializados na cobertura ambiental. O material empírico integra um projeto de pesquisa de pós-doutorado mais amplo sobre comunicação ambiental e crise climática na América Latina, do qual este artigo mobiliza um recorte analítico específico.

Foram realizadas 14 entrevistas semiestruturadas com profissionais que atuam na cobertura de temas como mudanças climáticas, crimes ambientais, economia sustentável e direitos indígenas, refletindo o caráter interseccional das questões socioambientais. Os participantes incluem repórteres, editores e fotógrafos vinculados tanto à mídia tradicional quanto a iniciativas de jornalismo independente (TAB. 1). Todos possuem no mínimo uma década de experiência profissional, e alguns são reconhecidos com prêmios jornalísticos. As entrevistas ocorreram entre janeiro e outubro de 2025, de forma presencial (no Rio de Janeiro) e remota, com duração entre 40 e 90 minutos.

TABELA 1
Perfil dos Participantes

Entrevistado	Gênero	Região	Função	Tipo de mídia
P1	Feminino	Sudeste	Repórter	Tradicional
P2	Masculino	Sudeste	Fundador	Independente
P3	Feminino	Sudeste	Fotógrafa	Tradicional
P4	Masculino	Sudeste	Editor e repórter	Tradicional
P5	Masculino	Sudeste	Repórter	Independente
P6	Feminino	Sudeste	Repórter free-lancer	Tradicional e independente

35º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS 2026		Saberes ancestrais e novos horizontes da pesquisa em comunicação Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Natal/RN 9 a 13 de Junho de 2026			compós
P7	Masculino	Sudeste	Escritor e colunista	Independente	
P8	Feminino	Sudeste	Repórter	Independente	
P9	Feminino	Nordeste	Editora e repórter	Independente	
P10	Feminino	Norte	Fotógrafa free-lancer	Tradicional e independente	
P11	Feminino	Sudeste	Repórter	Tradicional	
P12	Masculino	Sudeste	Editor	Independente	
P13	Masculino	Norte	Editor	Independente	
P14	Feminino	Sul	Repórter free-lancer	Independente	

As conversas foram gravadas com consentimento informado e posteriormente transcritas. Todos os participantes foram anonimizados na transcrição, na análise e na apresentação dos resultados, em conformidade com a aprovação ética institucional pertinente. O estudo seguiu os procedimentos éticos exigidos pela instituição de vínculo da pesquisadora, assegurando confidencialidade e proteção dos dados.

O roteiro das entrevistas abordou trajetórias profissionais, percepções sobre a evolução do jornalismo ambiental no Brasil e os desafios contemporâneos da cobertura da crise climática. Embora o projeto mais amplo tenha identificado múltiplos eixos analíticos, este artigo concentra-se exclusivamente nas dificuldades percebidas pelos jornalistas para incorporar a perspectiva da justiça climática em suas rotinas de trabalho, entendida aqui como um ponto de tensão. Os participantes estão vinculados a diferentes tipos de organizações midiáticas e desempenham diferentes funções, contudo, este artigo não estabelece uma distinção analítica rígida entre jornalismo *mainstream* e iniciativas independentes. Os depoimentos incluem experiências individuais e situadas, mas são analisados como reflexões sobre o campo do jornalismo ambiental de forma mais ampla, buscando identificar pontos de vista compartilhados sobre desafios e transformações da área.

A análise dos dados foi conduzida por meio de análise temática, seguindo as diretrizes de Braun e Clarke (2006, 2021), com codificação indutiva e apoio do software NVivo 15 para organização e sistematização do material. Entre as vantagens da análise temática estão a flexibilidade da abordagem, a praticidade e a ampla aplicabilidade (Souza, 2019). O processo envolveu leitura aprofundada das transcrições, codificação inicial, agrupamento interpretativo dos códigos, utilizando o NVivo, e definição de temas. Os temas recorrentes foram condensados em três eixos analíticos a serem apresentados a seguir: Entre relevância social e baixa noticiabilidade (1); Persistência do modelo de cobertura episódica (2); A precarização das rotinas e o custo de cobrir a crise climática (3).

5. Resultados

5.1. Entre relevância social e baixa noticiabilidade

As entrevistas revelam que os profissionais, de forma recorrente, reconhecem os avanços no campo do jornalismo ambiental nos últimos anos, principalmente devido à frequência cada vez maior de eventos climáticos extremos. O termo ‘justiça climática’ não foi mencionado explicitamente pela maioria dos entrevistados, mas os depoimentos evidenciaram a associação crescente entre mudanças climáticas e vulnerabilidades socioeconômicas, o que tem ampliado a demanda pela diversificação de pautas ambientais e das fontes consultadas. A questão não é nova nas discussões ambientais, mas alguns relatos dos entrevistados indicam que se trata de uma abordagem relativamente recente na prática jornalística, resultado, de acordo com entrevistados, do fortalecimento de movimentos sociais, que também usam as mídias sociais para divulgar suas causas, sem necessidade de mediação da mídia tradicional. O trecho a seguir ilustra essa visão:

Para trazer essas vozes dos mais impactados, é preciso primeiro reconhecer que elas são importantes para o debate ambiental. E eu vejo que, na imprensa de maneira geral, não se ouvia falar de justiça climática, de racismo ambiental, de conceitos como esses até pouco tempo atrás, talvez antes da pandemia. Eram temas que apareciam nas COPs, mas estavam muito no terceiro setor. De repente há uma virada, falo da pandemia como um marco (...). Sempre houve formulações mais genéricas, como dizer que os mais vulneráveis seriam os mais afetados, mas buscar um especialista em racismo ambiental é algo mais recente. (P5)

Essa repórter de um jornal tradicional também aponta maior pressão pela inclusão de vozes diversas, indo além das relações já consolidadas com fontes do campo científico:

Acho que agora existe um esforço maior para incluir essas vozes, há uma cobrança nesse sentido. As vozes da periferia estão mais fortes, até porque falam nas mídias sociais e porque os jornais vêm perdendo relevância. Essa mudança é difícil, mas também traz coisas novas, até revolucionárias. (P11)

Ainda que os relatos indiquem ampliação da pauta climática, entrevistados descrevem barreiras para traduzir esse ângulo em narrativas capazes de levar a uma mobilização maior. Parte dos entrevistados associa a dificuldade de ampliar a noticiabilidade da temática da justiça climática à percepção de indiferença do público em geral. Algumas entrevistas apontam para a percepção, entre os profissionais, de que certas pautas associadas a grupos

historicamente marginalizados despertam menos interesse, como ilustram os seguintes trechos:

A maioria das pessoas não pertence a comunidades tradicionais nem a povos originários e enfrenta muitos problemas imediatos no seu cotidiano. Então falar desses grupos sociais vira algo distante, uma causa 'legal', com a qual todo mundo concorda, mas que não leva à mobilização. (P1)

Acho que existe um certo enfado, por parte do brasileiro médio, com o que ainda insistem em chamar de 'índios'. Tenho a impressão de que há uma resistência do grande público a esses temas. (P8)

O nosso grande desafio é furar bolhas, é chegar ao grande público. Os movimentos socioambientais costumam falar muito só para dentro. A sociedade local não está muito interessada nesse tipo de debate. Nosso grande desafio é falar numa linguagem acessível. É adaptar essa comunicação também para a forma como as pessoas estão consumindo notícia, através das redes sociais, por exemplo. (P14)

Essa percepção de distanciamento também aparece associada aos critérios editoriais que orientam o interesse das redações. Para esse entrevistado que se especializou na cobertura de questões indígenas, mídias tradicionais só se interessam pelo assunto quando a notícia é negativa, e por isso é necessário provocar uma mudança, reconhecendo a relevância dos saberes indígenas no enfrentamento da crise climática:

Não há espaço quando a pauta é positiva, esse espaço costuma surgir quando há uma notícia ruim. Então comecei a mesclar as abordagens e percebi que fazia sentido articular a cobertura indígena com a pauta ambiental: por um lado, pelo compromisso desses povos com a proteção dos territórios; por outro, pela crescente importância do aquecimento global e das transformações que o planeta vem enfrentando. (P4)

Outros entrevistados associam essa percepção de indiferença à hierarquização das urgências sociais em contextos em que demandas imediatas tendem a se sobrepor a riscos percebidos como menos tangíveis ou distantes. Como sintetizam os seguintes trechos:

O grande desafio é fazer as pessoas entenderem o quanto a questão climática tem a ver com suas próprias vidas. No Brasil, esse desafio é ainda maior por se tratar de um país marcado por desigualdades sociais. Na lista de prioridades, temas como pobreza, alimentação, saneamento e segurança tendem a aparecer antes. Embora

as mudanças climáticas sejam uma ameaça de grandes proporções, elas ainda são percebidas como pouco tangíveis. (P7)

O primeiro grande desafio para nós, como comunicadores, é mostrar às pessoas como elas impactam o meio ambiente e como são impactadas. É a única forma que vejo de elas entenderem o que está acontecendo, porque quando falamos em negociações climáticas, acordos ou NDCs, tudo parece muito subjetivo e distante. As pessoas não conseguem conectar isso com a própria vida, não se veem como parte disso e acabam achando que isso não tem nada a ver com elas. (P9)

Os relatos sugerem também um dilema entre uma cobertura que se repete e a necessidade constante de buscar a novidade ou o excepcional. No fotojornalismo, a dificuldade para expor situações de injustiça assume contornos ainda mais evidentes, já que o grau de noticiabilidade depende também da capacidade de produzir imagens percebidas como inéditas. Como observa uma participante ao explicar o desafio de ilustrar o impacto das frequentes ondas de calor no Rio de Janeiro em áreas periféricas:

Se eu tiver uma foto boa, eu tenho espaço para publicação, mas não sei quantas vezes esse espaço vai surgir. No início, tem receptividade. É entendida como 'olha o morador da [favela da] Maré passando calor'. Mas depois vem o 'de novo o calor na Maré?'. A dificuldade é justamente encontrar algo diferente que mostre esse problema. (P3)

Em conjunto, os relatos sugerem que, embora a justiça climática seja reconhecida como uma temática relevante pelos profissionais do campo, eles avaliam que o entendimento do público sobre experiências de vulnerabilidade e injustiça ambiental ainda é limitado. Esse enquadramento jornalístico esbarra em critérios de noticiabilidade que dificultam sua tradução em narrativas percebidas como próximas e mobilizadoras, em consonância com estudos recentes que apontam uma abordagem fragmentada do conceito de justiça climática (Kniess et al., 2025; Patriani e Silva, 2025). Como lembra Loose (2020), a visão dos jornalistas está associada a critérios de noticiabilidade, entre eles o impacto. A necessidade de se contemplar realidades climáticas distintas é uma preocupação, mas os achados indicam uma lacuna sobre como despertar interesse de um público vasto.

5.2 A persistência do modelo de cobertura episódico

Pelos relatos analisados, observa-se que, se por um lado existe mais espaço para abordar as diferentes dimensões da crise climática, por outro, persiste um modelo de cobertura episódica. O assunto ganha visibilidade em torno de grandes acontecimentos, mas seguem-se períodos de esvaziamento, como aconteceu após a Rio-92, um marco para a consolidação do jornalismo ambiental (Belmonte, 2017). Há um entendimento de que essa atenção efêmera dificulta discussões ambientais mais aprofundadas, que formulem claramente a ideia de que no campo ambiental tudo está conectado (Bueno, 2007; Loose, 2020), inclusive as desigualdades estruturais. Os trechos a seguir ilustram esse argumento:

O meio ambiente só vira notícia quando acontece algo como as enchentes no Rio Grande do Sul. Ai você tem cerca de quinze dias de cobertura intensa, no Jornal Nacional e em todos os grandes veículos e, de certa forma, tem que ser assim. Mas aí já não é mais uma cobertura ambiental, é uma tragédia. É quando a cobertura ambiental se transforma em cobertura de desastre. E quem fará essa cobertura não será o jornalista especializado e sim o repórter de Cidade. (P2)

Grande parte da cobertura é cíclica: concentra-se em um desastre, em um evento ou em uma COP, e depois desaparece. Isso ocorre também porque, de modo geral, os jornalistas não estão realmente mobilizados para essa pauta. É raro ver um repórter de política, por exemplo, chegar a uma cobertura eleitoral e pressionar candidatos sobre suas propostas ambientais. Essa pauta simplesmente não aparece na cobertura política. Ela acaba sendo tratada como um não problema, quando, na verdade, a questão climática é o grande problema. (P8)

As negociações climáticas são um tema muito árido, espinhoso e difícil. Não é qualquer jornalista que consegue cobrir. Temos uma repórter especializada que acompanha as conferências e produz conteúdo aprofundado ao longo de todo o ano, e ainda assim não é fácil. Então acho que é um pouco leviana essa ideia de querer chegar agora e cobrir isso. Quando temos uma COP no Brasil, os holofotes se voltam para isso. Isso é bom para a pauta climática, mas a cobertura precisa ser mais transversalizada. (P12)

Os relatos indicam que a cobertura pontual, sem uma visão mais abrangente e contextualização, também se reflete nas mídias regionais, como aponta o editor de uma mídia digital independente da Amazônia:

A pauta climática só surge nos momentos mais críticos. Agora, por exemplo, os níveis dos rios estão críticos por causa da seca. Ai isso vira manchete. Depois volta ao normal e a próxima manchete vai ser sobre enchente. Acho que a cobertura

ambiental ficou mais inclusiva, mas ainda é superficial, ligada a números, como discutir quantos metros o rio subiu ou desceu, quantas famílias estão desabrigadas, mas sem a preocupação de desvendar o que está por trás disso. (P14)

Os depoimentos convergem com as críticas à sazonalidade da cobertura ambiental (Boykoff, 2011), ainda que os participantes ressaltem que, por atuarem como profissionais especializados, dispõem de maior margem para produzir conteúdo que não esteja atrelado a eventos importantes, como as COPs ou catástrofes. Nota-se uma visão pragmática _ o jornalismo orienta-se pelo critério da novidade _ combinada a uma frustração diante das dificuldades de consolidar uma cobertura ambiental sistemática.

5.3 A precarização das rotinas e o custo de cobrir a crise climática

A falta de recursos para produção de uma cobertura socioambiental abrangente foi um tema recorrente nas entrevistas. Essa escassez, mesmo consideradas as diferenças, tem efeitos concretos nas práticas tanto de mídias tradicionais quanto alternativas, limitando deslocamentos de jornalistas, tempo dedicado à apuração e acesso a vozes diversificadas. A precarização é um tema conhecido nos estudos de jornalismo, mas os depoimentos mostram como ela impacta especificamente a cobertura ambiental.

Os entrevistados se referem com frequência às dificuldades logísticas para cobrir territórios distantes dos grandes centros urbanos. Esse entrevistado, editor de uma mídia independente do Rio de Janeiro, exemplifica o custo de deslocamento até o sertão da Bahia:

Às vezes, a dificuldade é simplesmente econômica, como chegar ao sertão da Bahia. Temos colaboradores em diferentes regiões, o que ajuda a viabilizar algumas pautas, mas isso também revela outra questão: há muita gente querendo trabalhar e sem emprego no jornalismo. Mesmo assim, muitas vezes precisamos encontrar um fotógrafo, garantir o transporte e, por vezes, essa pessoa não tem nenhum dinheiro para se deslocar. Aí fazemos um orçamento, mas somos pequenos, tentamos fazer, mas nem sempre conseguimos. Normalmente, a pauta acaba se tornando uma matéria mais especial. (P2)

A limitação de recursos também aparece associada à condição de freelancers, que relatam dificuldades adicionais para realizar coberturas em regiões distantes e de alto custo logístico:

Como freelancer, sem uma organização por trás, há um desafio para dar um salto e cobrir outras regiões do Brasil, o que acaba restringindo o que eu faço. Muitas vezes é mais fácil produzir uma matéria de rádio, refletindo a crise da semana, do que conseguir recursos para viajar. Gostaria de poder viajar mais, mas isso é um

desafio. Ir para a Amazônia é muito caro e, em geral, exige o apoio de uma organização ou de uma bolsa. (P6)

Essa entrevistada enfatiza que a inclusão da perspectiva de grupos sociais vulnerabilizados também passa pela necessidade de estabelecer relações com comunidades que nem sempre estão ao alcance de um celular:

Se você quiser incluir a perspectiva da justiça climática, precisa dar espaço para essas pessoas, e o acesso a elas exige mais tempo de contato. Quando se entrevista um climatologista, basta pegar o celular ou abrir o computador. Não é possível fazer o mesmo com lideranças indígenas, pois esse contato requer presença física. Às vezes, é preciso passar o dia inteiro com a fonte até que a história emerja. Existe, portanto, uma barreira econômica. (P8)

As falas indicam que a escassez de recursos muitas vezes impede a operacionalização das pautas sugeridas por jornalistas ambientais, criando barreiras para a visibilidade de grupos historicamente marginalizados e mais vulneráveis ao impacto das mudanças climáticas. Mesmo guardadas as diferenças organizacionais e editoriais, os desafios da sustentabilidade de um jornalismo de qualidade afetam grandes corporações de mídia assim como restringem o potencial de arranjos econômicos alternativos, que dependem de diferentes formas de financiamento, quase sempre instáveis (Nonato et al., 2018; Sarmiento, 2023).

O problema não é exclusividade do jornalismo ambiental. Contudo, considerando os preceitos de um jornalismo que deve ser sistêmico, complexo e integrador para efetivamente questionar as causas da degradação ambiental (Girardi et al., 2018; Loose e Girardi, 2020), jornalistas que trabalham nessa área precisam de aporte financeiro para reportagens que exigem deslocamentos para áreas muitas vezes remotas e sem segurança. Necessitam também de tempo para apuração de material aprofundado, o que permitiria uma diversificação de fontes e a produção de histórias que retratem o impacto das mudanças climáticas em comunidades invisibilizadas e sua agência no enfrentamento da crise. É possível fazer aqui um paralelo com o argumento de Bodker e Morris (2022): As mudanças climáticas desafiam a lógica factual do jornalismo por serem um processo contínuo cuja temporalidade ultrapassa a experiência do imediato e vai além de questões quantificáveis, tensionando as fronteiras entre passado, presente e futuro.

6. Considerações finais

As entrevistas com 14 jornalistas especializados na cobertura ambiental permitem apontar que temáticas em torno de justiça climática são reconhecidas como necessárias para a produção de uma cobertura jornalística de qualidade, que conecta as causas e os efeitos das mudanças do clima com princípios de justiça social. A incorporação desse discurso na produção jornalística, no entanto, é tensionada por limites editoriais, estruturais e financeiros. O estudo privilegia a perspectiva de profissionais especializados na cobertura ambiental, o que não permite generalizações para todo o campo jornalístico, mas por se tratar de atores comprometidos com uma abordagem sistemática das questões ambientais, seu ponto de vista permite reflexões sobre as possibilidades e as limitações do jornalismo ambiental. Loose e Belmonte (2023) argumentam que, desde suas primeiras manifestações, o jornalismo ambiental no Brasil se desenvolveu como uma prática engajada, em oposição a uma postura de neutralidade pregada pelos dogmas do jornalismo tradicional. Num contexto de agravamento da crise climática, torna-se ainda mais crucial o enfrentamento das injustiças ambientais. O jornalismo desempenha papel importante na representação midiática das demandas de grupos menos favorecidos. Mas há uma desconexão entre o reconhecimento dessa causa e sua operacionalização nas rotinas jornalísticas.

As mídias independentes, como já discutido, ampliam as possibilidades da cobertura socioambiental, por não seguirem os mesmos critérios de noticiabilidade dos veículos tradicionais. Ainda assim, também enfrentam barreiras para orientar a cobertura para a justiça climática, principalmente limites materiais, que não podem ser analisados isoladamente das pressões inerentes do mercado e da fragmentação das audiências diante do uso ativo das tecnologias digitais. A dificuldade para incluir atores sociais não-institucionais e observar suas realidades acaba reforçando uma das síndromes do jornalismo ambiental apontada por Bueno (2007): a lattelização das fontes, isto é, o protagonismo dado a produtores de conhecimento como pesquisadores e cientistas, em detrimento de quem está fora dos muros da academia, entre eles, os povos da floresta.

As características que moldam a cobertura ambiental como um todo, entre elas noções de risco, questões associadas a processos lentos e graduais e complexidade técnica, estão em descompasso com abordagens apressadas (Belmonte, 2017). Reportar padrões de desigualdade relacionados às mudanças climáticas exige uma abordagem aprofundada, nem

sempre possível nas rotinas jornalísticas. O jornalismo atua em configuração com outras forças sociais e, nesse sentido, o discurso da justiça climática pode ser compreendido como um diálogo ainda em construção (Milanez e Fonseca, 2011).

Apesar dos limites discutidos aqui, os relatos também indicam movimentos de transformação, como uma maior pressão da sociedade para a abordagem de desigualdades socioambientais e a crescente autonomia e autoridade dos profissionais especializados na temática ambiental. Belmonte (2017) observa que até a primeira metade dos anos 1990, os jornalistas que cobriam assuntos ambientais nas redações brasileiras eram vistos como exóticos, entre outras classificações pejorativas. A análise das entrevistas mostra que essa visão ficou para trás, o que não pode ser interpretado como a consolidação de um jornalismo questionador do modelo de desenvolvimento dominante, incompatível com a equidade social.

Os tensionamentos apontados neste artigo apontam caminhos para novas pesquisas. É particularmente relevante examinar estratégias adotadas por mídias independentes para ampliar e qualificar a cobertura ambiental. Operando com maior flexibilidade editorial e preocupação social, essas iniciativas podem oferecer pistas sobre formas alternativas de narrar as mudanças climáticas e seus impactos desiguais.

Referências

- ADAM, B. Foreword: timescapes of climate change: a challenge for the media. In: BODKER, H.; MORRIS, P. (org.). **Climate Change and Journalism: Negotiating Rifts of Time**. London: Routledge, 2022. p. xii–xix.
- BARSOTTI, A.; VIEIRA, A. I. Is activist journalism possible? Tensions within the professional ethos of objectivity. **Brazilian Journalism Research**, v. 19, n. 3, e1597, 2023. DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v19n3.2023.1597>.
- BELMONTE, R. V. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 6, n. 2, 2017. ISSN 2238-5126.
- BERGAMO, F. V. de M. Editorial: transições em tempos de policrise. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 22, n. 3, p. 5–8, 2025. DOI: <https://doi.org/10.22481/ccsa.v22i3.18379>.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. One size fits all? What counts as quality practice in (reflexive) thematic analysis? **Qualitative Research in Psychology**, v. 18, n. 3, p. 328–352, 2021a. DOI: <https://doi.org/10.1080/14780887.2020.1769238>.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. *Using thematic analysis in psychology*. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>.
- BODKER, H.; MORRIS, P. (org.). **Climate Change and Journalism: Negotiating Rifts of Time**. London: Routledge, 2022.

BUENO, W. A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: entre a vigilância e a espetacularização da notícia. **Comunicação & Sociedade**, v. 39, n. 1, p. 21–41, 2017. DOI: <https://doi.org/10.15603/2175-7755/CS.V39N1P21-41>.

BUENO, W. Jornalismo ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 15, 2007. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v15i0.11897>.

BUENO, W. da C. Jornalismo ambiental: teoria, prática e pesquisa. São Paulo: **JORCOM; Contexto Comunicação e Pesquisa**, 2024. ISBN 978-65-992314-7-6.

BOYKOFF, M. T. **Who speaks for the climate? Making sense of media reporting on climate change**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

BULKELEY, H. A.; CARMIN, J.; CASTÁN BROTO, V.; EDWARDS, G. A. S.; FULLER, S. Climate justice and global cities: mapping the emerging discourses. **Global Environmental Change**, v. 23, n. 5, p. 914–925, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2013.05.010>

DREHER, T.; VOYER, M. Climate refugees or migrants? Contesting media frames on climate justice in the Pacific. **Environmental Communication**, v. 9, n. 1, p. 58–76, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/17524032.2014.932818>.

EJAZ, W.; MUKHERJEE, M.; FLETCHER, R. **Climate Change News Audience Report 2025: Analysis of News Use and Attitudes in Eight Countries**. Oxford: Oxford Climate Journalism Network, 2025.

GIRARDI, I. M. T.; MORAES, C. H.; LOOSE, E. B.; BELMONTE, R. V. **Jornalismo ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Metamorfose, 2018. Disponível em:

<https://www.editorametamorfose.com.br/ebooks/EbookJornalismoAmbiental.pdf>.

GIRARDI, I. M. T.; LOOSE, E. B.; STEIGLEDER, D. G.; BELMONTE, R. V.; MASSIERER, C. A contribuição do princípio da precaução para a epistemologia do jornalismo ambiental. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 14, n. 2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v14i2.2053>

GUNSTER, S. Engaging climate communication: audiences, frames, values and norms. In: HACKETT, R. A.; FORDE, S.; GUNSTER, S.; FOXWELL-NORTON, K. (org.). **Journalism and Climate Crisis: Public Engagement, Media Alternatives**. London: Routledge, 2017. p. 49–76.

HACKETT, R. A.; FORDE, S.; GUNSTER, S.; FOXWELL-NORTON, K. Introduction: journalisms for climate crisis. In: HACKETT, R. A.; FORDE, S.; GUNSTER, S.; FOXWELL-NORTON, K. (org.). **Journalism and Climate Crisis: Public Engagement, Media Alternatives**. London: Routledge, 2017. p. 1–19.

HACKETT, R. A. Democracy, climate crisis and journalism: normative touchstones. In: HACKETT, R. A.; FORDE, S.; GUNSTER, S.; FOXWELL-NORTON, K. (org.). **Journalism and Climate Crisis: Public Engagement, Media Alternatives**. London: Routledge, 2017. p. 20–48.

HUAN, C. Politicized or popularized? News values and news voices in China's and Australia's media discourse of climate change. **Critical Discourse Studies**, v. 21, n. 2, p. 200–217, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/17405904.2023.2200194>.

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. **Summary for Policymakers Headline Statements. Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [online]. Geneva: IPCC, 28 fev. 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/resources/spm-headline-statements/>

JOHANNESSEN, J. Climate change, poverty and climate justice in South African media: the case of COP17. **South African Journal on Human Rights**, v. 29, n. 1, p. 32–60, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/19962126.2013.11865065>

KAMBOH, S. A.; ITTEFAQ, M. Advocacy journalism and climate justice in a Global Southern country. **Local Environment**, v. 28, n. 4, p. 412–432, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/13549839.2022.2155937>.

KNISS, A. B.; FONTES, G. S.; FERRACIOLI, P. “É a natureza, não tem o que fazer”: como telejornais brasileiros cobriram eventos climáticos extremos em 2024. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação da Ciência e Políticas Científicas no 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, 10–13 jun. 2025.

LOOSE, E. B. **Jornalismo e riscos climáticos: percepções e entendimentos de jornalistas, fontes e leitores**. Curitiba: Editora UFPR, 2020. ISBN 978-65-87448-23-7.

LOOSE, E. B. **Jornalismo e crise climática: um estudo desde o Sul Global sobre os vínculos do jornalismo com a colonialidade**. Florianópolis: Editora Insular, 2024.

LOOSE, E. B. Environmental journalism from Brazil: trajectory and challenges for research. **Frontiers in Communication**, v. 10, 2025. DOI: <https://doi.org/10.3389/fcomm.2025.1511262>.

LOOSE, E. B.; BELMONTE, R. V. Activism in environmental journalism: how four key moments have helped shape an engagement practice in Brazil. **Brazilian Journalism Research**, v. 19, n. 3, e1594, 2023. DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v19n3.2023.1594>.

LOOSE, E. B.; GIRARDI, I. M. T. O jornalismo ambiental sob a ótica dos riscos climáticos. **Interin**, v. 22, n. 2, p. 154–172, 2017. DOI: <https://doi.org/10.35168/1980-5276.UTP.interin.2017.Vol22.N2.pp154-172>.

LOOSE, E. B.; GIRARDI, I. M. T. Interfaces entre o debate colonial e os estudos de jornalismo ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 58, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v58i0.75877>.

MEIKLE, M.; WILSON, J.; JAFRY, T. Climate justice: between Mammon and Mother Earth. **International Journal of Climate Change Strategies and Management**, v. 8, n. 4, p. 488–504, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJCCSM-06-2015-0089>.

MILANEZ, B.; FONSECA, I. F. Justiça climática e eventos climáticos extremos: uma análise da percepção social no Brasil. **Revista Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 82–100, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5216/teri.v1i2.17842>.

NONATO, C.; PACHI FILHO, F. F.; FIGARO, R. Relações de comunicação em novos arranjos alternativos e modelos de produção da notícia. **Líbero**, v. 41, n. 1, p. 101–115, 2018. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/956/965>.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Quem precisa de justiça climática no Brasil?** GT de Gênero e Justiça Climática: Hivos, 2022.

PATRIANI, T. Y.; SILVA, E. C. de M. Entre narrativas e justiça climática: cobertura da Globo e UOL sobre ativismo nas COPs. **Ambiente & Sociedade**, v. 28, 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc00932vu28L3AO>.

SARMENTO, C. **Alternative news reporting in Brazil**. London: Palgrave Macmillan, 2023.

SARMENTO, C. Environmental journalism and the struggle against disinformation in Brazil: navigating digital hostility and climate crisis coverage. **Frontiers in Communication**, v. 10, 1732001, 2026. DOI: <https://doi.org/10.3389/fcomm.2025.1732001>.

SCHLOSBERG, D.; COLLINS, L. From environmental to climate justice: climate change and the discourse of environmental justice. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change**, v. 5, n. 3, p. 359–374, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1002/wcc.275>.

SHEHATA, A.; HOPMANN, D. N. Framing climate change: a study of US and Swedish press coverage of global warming. **Journalism Studies**, v. 13, n. 2, p. 175–192, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/1461670X.2011.646396>.

SOUZA, L. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a análise temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 71, n. 2, p. 51–67, 2019. DOI: <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2019v71i2p.51-67>.

TAKAHASHI, B. Framing and sources: a study of mass media coverage of climate change in Peru during the V ALCUE. **Public Understanding of Science**, v. 20, n. 4, p. 543–557, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1177/0963662509356502>.

TRANNIN, M. C. Justiça climática: uma nova forma de olhar para as questões ambientais. **Ciência e Natura**, v. 42, e20, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5902/2179460X38599>.